

Declaração Política para os Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

Enquanto empresa, a **CICOMOL S.A.** está consciente da sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos ao longo da sua atividade, em conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGP). Estamos certos de que o sucesso empresarial a longo prazo só pode ser assegurado se os direitos humanos forem reconhecidos e respeitados

Estamos empenhados em respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos. As políticas e ações da nossa empresa são desenvolvidas em alinhamento com as seguintes normas:

- A Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas
- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
- A Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- As Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGP)

A NOSSA ABORDAGEM

Âmbito

O nosso compromisso abrange as nossas próprias operações e os impactos indiretamente causados pelas nossas ações. Exigimos a todos os colaboradores da CICOMOL que respeitem os direitos humanos em conformidade com esta política e que assegurem que todas as atividades que são desenvolvidas respeitem o nosso compromisso para com os direitos humanos.

A NOSSA IMPLEMENTAÇÃO

Analisamos continuamente o impacto das nossas ações sobre os direitos humanos, para verificar o nosso empenho e cumprimento e, atuar perante situações que possam ser considerados mais graves relacionados com os direitos humanos. Indicamos algumas referências:

- Proibição do trabalho infantil e do trabalho forçado
- Não discriminação e igualdade de tratamento de todos os empregados sem distinção de sexo, género e identidade de género, etnia, nacionalidade, cor, origem social, religião, fé, idade, estatuto legal, opinião política, deficiência, orientação sexual, casos de gravidez, ou filiação/atividade sindical
- Saúde e segurança no local de trabalho
- Liberdade de associação e negociação coletiva
- Fomento do salário mínimo vital e do rendimento vital
- Horário de trabalho de acordo com as normas aplicáveis
- Respeito pelos direitos das comunidades locais
- Não tolerar ou contribuir para ameaças, intimidação e ataques contra os defensores dos direitos humanos
- Direito a um recurso efetivo

Neste contexto, reconhecemos que grupos específicos, tais como minorias, crianças, mulheres, trabalhadores migrantes e povos indígenas, são potencialmente mais vulneráveis a que os seus direitos humanos fundamentais sejam violados.

TRANSPARÊNCIA

Acreditamos que a transparência é uma componente significativa da diligência devida em matéria de direitos humanos. Iniciámos esforços no sentido de proporcionar uma comunicação aberta e ter uma conduta pessoal e profissional sobre os riscos correspondentes e nas medidas que tomamos. Continuaremos a aumentar a nossa transparência como parte dos nossos esforços em matéria de direitos humanos

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ASPETOS AMBIENTAIS

Reconhecemos que as alterações climáticas e outras questões ambientais também podem ter um impacto negativo nos direitos humanos. Estamos empenhados em manter o cumprimento da legislação aplicável e normalização relacionadas com a proteção do ambiente. Implantamos medidas para reduzir o nosso consumo de recursos naturais e consequentemente uma redução no nosso impacto ambiental.

ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Ao longo do nosso dia a dia e das atividades que desenvolvemos, envolvemo-nos com vários intervenientes na nossa cadeia de valor. Reconhecemos que o diálogo efetivo com as partes interessadas é um elemento integrante da devida diligência para que possamos partilhar perspetivas, obter conhecimentos e assumir compromissos nestas matérias.

Estamos empenhados em manter o intercâmbio existente com as partes interessadas que são potencialmente mais visados, a fim de receber informações que nos possam ajudar a avaliar e a desenvolver a nossa abordagem aos direitos humanos

MECANISMOS DE ATUAÇÃO

A CICOMOL S.A. leva a sério todas as incidências e alegações, quer sejam relatadas por colaboradores da empresa, externos, parceiros comerciais, sociedade civil, meios de comunicação, ou outras partes interessadas.

Estamos empenhados em tomar medidas de reparação de acordo com as normas internacionais, trabalhando em estreita colaboração com as partes interessadas para remediar os impactos adversos diretamente ligados às nossas atividades, quer sejam comunicados por via formal ou informal.

RESPONSABILIDADES

A administração da CICOMOL S.A. é a responsável pela supervisão da implementação e cumprimento da ***Declaração Política para os Direitos Humanos***.

DESENVOLVIMENTO FUTURO

Estamos conscientes de que a implementação da diligência devida em matéria de direitos humanos é um processo de desenvolvimento contínuo, que existe sempre mais algo a fazer, mas acreditamos que estamos em caminho de atingir este objetivo e estamos empenhados em melhorar continuamente.

Ourém, 24 de junho de 2021

Administração

Mário Gil / Nuno Pedro